

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.688 - MA (2019/0094496-6)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE : JONNAS BORGES PORTO (PRESO)**  
**ADVOGADO : RÔMULO REIS PORTO - PI007274**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por JONNAS BORGES PORTO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão no julgamento do HC n. 0800212-71.2019.8.10.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 (tráfico ilícito de entorpecentes).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem sustentando excesso de prazo na formação da culpa do paciente e ausência de fundamentos para a manutenção da prisão preventiva, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

*HABEAS CORPUS. Ari. 33 da Lei 11.343/2006. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. RAZO A BILIDA DE. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. IMPROCEDÊNCIA. GRAVIDADE DO CRIME. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. INSUFICIENTES. ORDEM DENEGADA. UNANIMIDADE.*

*O constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando houver demora injustificada do aparato judicial, a ferir o princípio da razoabilidade, o que não ocorreu no presente caso. em que a instrução processual já foi encerrada.*

*A decisão que decretou a prisão preventiva do paciente encontra-se devidamente fundamentada na gravidade concreta do delito, confessado pelo paciente, que admitiu a traficância e a quantidade da droga apreendida na residência do mesmo, a comprovar os requisitos previstos no art. 312 do CPP.*

*As condições pessoais favoráveis, por si sós, são insuficientes para desconstituir o decreto preventivo, principalmente, quando há nos autos evidência que justifiquem a prisão do paciente.*

*Ordem denegada. Unanimidade.*

No presente recurso, o recorrente alega coação ilegal em razão do excesso

de prazo na formação da culpa, apontando que não há complexidade no processo que justifique a demora. Assegura inexistirem motivos idôneos para a manutenção da prisão preventiva.

Ressalta as circunstâncias pessoais que lhes são favoráveis.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela concessão de liberdade provisória, mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, com a imediata expedição de alvará de soltura a seu favor.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator